

## O ESTUDO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E A INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

### THE STUDY OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE AND THE INCLUSION OF THE DEAF IN THE LITERACY PROCESS

Recebido em: 20/11/2021

Aceito em: 07/01/2022

Lana Cristina Silveira Silva<sup>1</sup>  
Geralda Irene Pereira Nunes<sup>2</sup>  
Ewerton da Silva Ferreira<sup>3</sup>

**Resumo:** A preocupação básica deste estudo é refletir sobre o uso da Libras como instrumento de inclusão no âmbito da Educação Infantil, tendo em vista as práticas de alfabetização e inclusão desenvolvidas pelos professores no processo de alfabetização e inclusão dos alunos surdos. Além disso, consta como objetivos, verificar quais políticas públicas foram criadas para a inclusão de LIBRAS no ambiente escolar e os desafios do ensino dessa língua na Educação Infantil. Realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, que permitiu uma maior aproximação entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Também foi utilizado o método bibliográfico e documental para buscar subsídios para elaboração da presente pesquisa. Conclui-se que, para a inclusão se concretize na Educação Infantil, é importante o conhecimento em Libras por os envolvidos que fazem parte desse processo para facilitar a comunicação e o aprendizado entre ambos.

**Palavras-chave:** Inclusão; Surdo; Libras; Alfabetização; Educação Infantil.

**ABSTRACT:** The basic concern of this study is to reflect on the use of Libras as an instrument of inclusion in the scope of Early Childhood Education, in view of the literacy and inclusion practices developed by teachers in the literacy process and inclusion of deaf students. In addition, the objectives are to verify which public policies were created for the inclusion of LIBRAS in the school environment and the challenges of teaching this language in Early Childhood Education. A research with a qualitative approach was carried out, which allowed a greater approximation between the researcher and the research subjects. The bibliographic and documentary method was also used to seek subsidies for the elaboration of this research. It is concluded that, for inclusion to materialize in Early Childhood Education, knowledge in Libras by those involved who are part of this process is important to facilitate communication and learning between them.

**Keywords:** Inclusion; Deaf; pounds; Literacy; Child education.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA), e pós graduanda em Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da Educação Inclusiva pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). E-mail: lanacris80@hotmail.com.

<sup>2</sup> Possui graduação em Normal Superior - Magistério das séries iniciais do Ensino fundamental pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: ladanunespkk@gmail.com .

<sup>3</sup> Mestre em Políticas Públicas e Licenciado em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa. Presidente do Centro de Estudos Interdisciplinares - CEEINTER. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Com o avanço da globalização e o forte grito pela garantia dos direitos humanos e da inclusão, foram criadas várias leis e políticas públicas no intuito de aproximar os seres humanos e oportunizar a todos a equidade necessária no acesso a diversos direitos sociais, como saúde, educação e assistência, por exemplo. Partindo desta urgência, surge a educação inclusiva com o propósito de atender aos alunos com Necessidade Educacional Especializada (NEE).

No Brasil, foram alterados e acrescentados vários artigos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DNEI), no intuito de garantir o direito à educação as crianças com NEE, dentre estas, as com Deficiência Auditiva.

Os deficientes auditivos foram incluídos na escola com demais crianças e professores ouvintes, no entanto, nunca houve um preparo prévio para recebê-los. Deste modo, os alunos em questão sentem-se rejeitados perante aos outros, apresentam expressiva evasão escolar, enfrentam, algumas vezes, o despreparo dos professores e do ambiente escolar e a falta de suporte. Neste sentido, questionamos quais políticas públicas foram criadas para garantia de inclusão aos alunos surdos na educação infantil?

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a inserção da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como instrumento de inclusão no âmbito da educação infantil. Além disso, consta como objetivos específicos compreender as políticas públicas de inclusão de LIBRAS na educação infantil, verificar quais políticas públicas foram criadas para a inclusão de LIBRAS no ambiente escolar e, por fim, analisar os desafios do ensino de Libras na Educação Infantil.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico a abordagem qualitativa, que permite uma maior aproximação entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa e, com isso, uma compreensão diferenciada do problema analisado. Também foi utilizado o método bibliográfico e documental para buscar subsídios para elaboração do presente trabalho de conclusão de curso. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa na base de dados do *Scielo*, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, bem como na legislação vigente para verificar a inserção da Libras na educação infantil.

Portanto, a política educacional, as práticas pedagógicas na educação infantil devem ser apresentadas de forma democrática, igualitária atendendo a criança em sua plenitude. A política educacional faz referência ao acolhimento de crianças indígenas, crianças das áreas rurais e das crianças com deficiências, e salienta que é preciso, desde pequeno, que a criança tenha uma visão plural do mundo e que tenha um olhar acolhedor para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superlotação (BRASIL, 2009). Portanto, Pensando em um ambiente inclusivo, devemos partir da concepção de inclusão dentro das escolas pautada na relação de igualdade entre os indivíduos convivendo dentro de um mesmo ambiente de interações e aprendizagens.

### **Educação Especial e Inclusão**

A Constituição Federal, promulgada em 1988, assegura, dentre os diversos direitos, dentre eles, a educação, que passou a ser vista como dever do Estado e da família com objetivo de preparar o indivíduo para o convívio em sociedade e ingresso no mercado de trabalho. É importante dispor que este é um direito resguardado a todos os indivíduos, sem quaisquer distinções, por ser indispensável para a sua formação, não apenas acadêmica, mas também para sua construção social e cultural.

Assim, a Carta Magna estabelece em seu art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 56).

Devido à importância garantida por esse direito, a Lei de Diretrizes e Bases para Educacional (LDB) estabeleceu em seu artigo 58 “a educação especial como modalidade de educação escolar e precisa ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 31).

Embora a LDB estabeleceu a educação especial como uma modalidade de ensino, as políticas em torno desta concepção estão presentes no Brasil desde 1950, e, aos longos desses anos, várias

legislações foram concebidas, sendo elas um marco no que diz respeito ao suporte prestado aos alunos com deficiência.

Neste sentido, é notório que inúmeras transformações ocorreram ao longo dessas décadas, uma vez que, a princípio, o objetivo da educação especial limitava-se apenas ao assessoramento do estudante, e preocupação em torno de seu bem estar. Em um segundo momento, foram introduzidas preocupações em torno de questões médicas e psicológicas, e, somente depois alcançou as escolas e ocorreu a inclusão no sistema geral de ensino. Hoje, a educação especial objetiva a inclusão integral do aluno, tanto na rede regular de ensino, quanto na sala de aula.

Sendo assim, pode-se compreender que:

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes do ensino regular, alunos ditos normais com alunos com deficiência ou não, que apresentam necessidades educativas especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver (BRASIL, 1999, p. 38).

Corroborando com o entendimento acima, a Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica compreende por inclusão o direito, a todos, do alcance constante ao lugar comum da vida em sociedade, grupo este que deve pautar-se em atos de acolhimento à diversidade humana, de respeito às diferenças individuais de cada um, aceitando-o como for, de esforço comunitário na equiparação de chances de desenvolvimento com qualidade, em todas as esferas da vida (BRASIL, 2001).

## **LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

A Língua de Sinais é o meio em que a comunidade surda utiliza para se comunicar-se, e por apresentar propriedades específicas das línguas oralizadas, a Língua de Sinais é reconhecida pela Linguística enquanto língua. Para os surdos, ela é a ferramenta de comunicação essencial para o desenvolvimento cognitivo e deve ser ensinada o mais cedo possível.

Em 2002, foi aprovada a Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, sendo está oficializada como meio legal de comunicação e expressão, dando início a abertura de novos caminhos para a comunidade surda do país.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p. 1).

Com a Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002, a LIBRAS passa a ser vista como uma língua essencial na formação do surdo, exercendo um papel construtor para a identidade. Também cabe destacar que por utilizar-se de expressões faciais e do corpo, é também considerada uma língua visual espacial articulada através das mãos, sendo está uma língua natural empregue pela comunidade surda brasileira.

Em 2005, com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro, a Libras é incluída como disciplina curricular nos cursos de formação de professores, a saber:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005, p. 1).

Além disso, passa a ser obrigatório que nas instituições acadêmicas federais, estaduais municipais e instituições privadas tenham a presença do profissional intérprete dentro de sala, proporcionando o aluno o acesso à educação, comunicação e informação. Com esse decreto, o intérprete de LIBRAS passa a ter mais espaço no meio educacional, pois, fica regulamentado como a segunda língua oficial do país, proporcionando um grande avanço para políticas educacionais de inclusão da comunidade surda.

Diante destes fatos elencados, pode-se perceber as conquistas para a comunidade surda e para os profissionais de educação, uma vez que o aluno surdo deixa de ser s a convivência de uma

comunidade ouvinte, sem interação com outros deficientes auditivos, ou não deficientes. Dessa forma, passa haver uma integração entre o surdo e sua comunidade, mas sem se isolar do ouvinte. Essa interação tem como principal objetivo a constituição da comunidade surda, onde se aceitem como uma pessoa que aprendem e ensinam com suas especificidades.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL E LIBRAS**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, a Educação Infantil é considerada como a primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1998), o qual proporciona à criança o seu primeiro contato com o ambiente escolar, e tem como finalidade o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Na Educação Infantil, a escola deve promover um caráter, aprimorando valores e atitudes, onde tem o dever de desenvolver e despertar a curiosidade intelectual das crianças, em busca de informações, a fim de utilizá-las no seu cotidiano formador (KREFTA, 2011).

No entanto, os professores da Educação Infantil devem atender a especificidade da criança (SILVA; GUIMARÃES, 2011), ou seja, deve contemplar na ludicidade uma atitude de liberdade, prazer e brincadeiras como condição básica para promover o desenvolvimento infantil.

Dessa forma, durante o período que a criança faz parte da Educação Infantil, algumas brincadeiras como através de música, vídeos, com cartazes possibilitam que as essas crianças aprendam alguns gestos da Língua Brasileira de Sinais. Segundo Rossi (2000), a criança constrói sua realidade social e descobre a si próprio através da comunicação. Todavia, quando o sujeito surdo é submetido a convivência apenas com uma comunidade ouvinte, sem interação com outros deficientes auditivos, sua surdez tende a ser depreciada ou ocultada.

(...) quando a criança está brincando ou jogando, libera e canaliza suas energias; pode se transformar uma realidade difícil; dá abertura à fantasia; enfrenta os desafios; imita e representa as interações presentes na sociedade na qual vive; atribui aos objetos significados diferentes; define e respeita as regras que são estipuladas; decide sobre o que, com quem, onde, com o que, como brincar e o tempo e que brinca; constrói a brincadeira no momento de brincar; brinca sem finalidades ou objetivo explícito, aprende a lidar com suas angústias; cria e deixa fluir sua capacidade e liberdade de criação (VENTURA, 2010, p. 06).

Neste sentido, a utilização do lúdico como meio para se alcançar os aprendizados da Libras tende a ser bastante satisfatório e sedutor, pois é um estímulo a mais para se alcançar o desenvolvimento do indivíduo e suas habilidades em sua integralidade, e auxiliar a criança a assimilar a realidade vivenciada no processo de ensino aprendizagem.

Libras na alfabetização permitirá a criança estruturar seu pensamento, traduzir o que está sentindo, além de poder registrar o que conhece e poder comunicar dentro de sala de aula. A linguagem é o meio pelo qual a criança na educação infantil adquire aptidão a linguística.

A fase de zero a cinco anos é decisiva para a formação psíquica do ser humano, uma vez que nesse período ocorre a ativação das estruturas inatas genético constitucionais da personalidade. A falta do intercâmbio auditivo-verbal traz para o surdo, prejuízos ao seu desenvolvimento. [...]As crianças ditas “normais” e também um grande número de crianças “com necessidades especiais” aprendem a língua de uma forma semelhante e num mesmo espaço de tempo. No entanto, não se pode esquecer das diferenças individuais. Essas são encontradas nos tipos de palavras que as crianças pronunciam primeiro. Algumas emitem nomes de coisas, enquanto outras, evitando substantivos, preferem exclamações. Outras, ainda, expressam automaticamente os elementos emitidos pelos mais velhos (BRASIL, 2006, p. 33).

O estudo da Língua Brasileira de Sinais na educação infantil é importante porque é nessa fase que ocorre a formação psíquica da criança, também esse intercâmbio entre a Libras com a educação infantil favorece que todos aprendam a língua de uma forma semelhante. Assim sendo, a criança pode adquirir a capacidade de processar rapidamente a mensagem linguística de outro aluno surdo, poderá entender a fala e estabelecer um diálogo. Isto pois:

a capacidade de comunicação linguística apresenta-se como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança surda em toda a sua potencialidade, para que possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade” (BRASIL, 2006, p. 36).

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

O objetivo principal foi analisar o uso da Libras como instrumento de inclusão no âmbito da educação infantil tendo em vista, que as práticas de alfabetização e inclusão desenvolvidas pelos professores, contribuem para o desenvolvimento do processo de alfabetização e inclusão dos alunos

surdos. Para subsidiar o olhar sobre esse fenômeno, foi utilizada a abordagem qualitativa, tendo em vista que esta pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores entre outras que não podem ser quantificadas já que tais características possibilitam desvendar as mais diversas realidades sociais.

Ludke e André (1986) afirmam que as pesquisas que utilizam a abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por sujeitos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades das atitudes e/ou comportamento dos indivíduos.

Portanto, tal abordagem permite uma maior aproximação entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa e com isso uma compreensão diferenciada do problema analisado. Sendo assim, este estudo pauta-se na compreensão do mundo real, em que se busca a introdução da Língua Brasileira de Sinais como segunda língua nas escolas a partir da Educação Infantil. Além de analisar as práticas de inclusão já existentes asseguradas por leis como por exemplo a Lei nº 9394/96 que define a educação especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e outras vigentes no Estado de Minas Gerais e demais Estados do Brasil.

Para tanto, utiliza-se do método bibliográfico e documental para buscar subsídios para elaboração do presente trabalho de conclusão de curso. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa na base de dados do *Scielo*, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, bem como na legislação vigente para verificar a inserção da Libras na educação infantil.

## **ACHADOS DA PESQUISA**

Com a presente pesquisa acerca do estudo da Língua Brasileira de Sinais e a inclusão do surdo no processo de alfabetização, foi possível verificar que, embora muitas escolas ainda não estão preparadas estruturalmente e pedagogicamente para receber as crianças com necessidades especiais, é por meio da inclusão que se “pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum” (MORIÑA, 2010, p. 17).



Entretanto, é possível destacar que a inclusão do surdo no processo de alfabetização não pode ser confundida com a presença física do aluno na sala de aula. Segundo Santos (2001), a inclusão é vista por várias pessoas como apenas a prática de colocar pessoas com deficiência juntas com outras que não são. Uma educação que seja inclusiva do surdo no processo de alfabetização acontece de forma que todos os alunos aprendam juntos e independentemente de suas dificuldades ou diferenças.

Ao verificar documentos como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DNEI), e teses como, por exemplo, DIAS, (2019), Domingos (2014), Santiago, (2015) foi possível detectar que os documentos e autores trazem o processo de alfabetização como um desafio. Também é colocado que, com os surdos e deficientes auditivos, não poderia ser diferente.

Assim sendo, a alfabetização tem por objetivo fazer com que o aluno compreenda o sentido das palavras e, para o público surdo, deve-se adotar medidas que sejam específicas para eles, como, por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que é um conjunto de símbolos utilizados, a fim que os alunos desenvolvam suas habilidades de comunicação, através dos sinais, e, assim, construam seu vocabulário através das libras.

Desta forma, é crucial que, durante o processo de alfabetização, a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais sejam utilizadas juntas, a fim de que o aluno surdo seja alfabetizado, tendo como idioma mediador a Libras - Língua Brasileira de Sinais. Um ponto que vale ser levado em conta é que todo surdo/ deficiente auditivo, mais exclusivamente o surdo, tem direito a um interprete de Libras na sala de aula, a fim de que este possa transmitir as informações que o professor regente está passando aos demais (DIAS, 2019, p. 3).

Conforme Dias (2019), para que a alfabetização atinja todos os alunos na sala de aula: surdos e ouvintes, o professor deve fazer o uso da língua brasileira de sinais, ou um interprete de libras, a fim de que este possa traduzir para o aluno surdo o que está sendo dito na aula, e que o mesmo possa ter a mesmas oportunidades de aprendizado dos demais colegas.

Para que essa alfabetização aconteça, é imprescindível que o ambiente de aprendizagem seja um lugar onde o aluno surdo consiga compreender e ser compreendido para interagir, aprender e se desenvolver. Conforme Santiago, (2015) no processo de alfabetização é preciso desenvolver

habilidades como atenção, concentração, iniciativa, criatividade, interação social, comunicação e afetividade, sendo aspectos importantes para ser avaliados e estimulados.

O desafio que acontece na escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia que seja centrada no aluno e seja capaz de educar todas as crianças inclusivas aquelas que possuem desvantagem severa. Caso contrário, as escolas podem ser um dos fatores de integração ou desintegração das comunidades surdas, dependendo da metodologia que é adotada.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi feita uma observação/análise dos apontamentos realizados pela pesquisa desenvolvida pela autora Maria Cristina da Silva Domingos (2014), do qual publica na Revista Virtual de Cultura Surda sua investigação sobre o aluno surdo em seu contexto escolar. Suas observações foram realizadas em uma escola municipal, na Educação Infantil, tendo feito suas explorações nos ambientes como sala de aula, pátio de recreação, brinquedoteca, videoteca, quadra e refeitório.

De início, é exposto que a professora, ao ser informada pela direção que receberia um aluno surdo, teve que buscar cursos, pesquisas, reunião com a mãe e participação em Associação de Surdos (DOMINGOS, 2014). Essa insegurança, e falta de formação suficiente que é dada pelos cursos de licenciatura reflete em vários outros professores, que, muitas vezes, dever buscar outras formações para poder incluir o aluno no processo de alfabetização.

Outra característica importante abordada pela autora é que, a supervisora, em parceria com a professora, buscaram ter uma relação de aprendizado com a libras, desenvolvendo um Projeto Político Pedagógico junto à comunidade escolar que fosse mais inclusivo, considerando as experiências e conhecimentos que estão sendo assimilados pelas educadoras envolvidas (DOMINGOS, 2014). Cabe destacar que o projeto tinha como proposta:

Atividades iniciais destinadas a uma sondagem, cujo intuito era a elaboração das propostas de intervenção pedagógica, no momento em que estas fossem oportunas;  
Propostas de projetos de palestras para a comunidade escolar sobre inclusão;  
Estímulo à capacitação de professores, especialistas e demais funcionários da escola;  
Divulgação da língua de sinais bem como seu uso;  
Agendamento de visitas de membros da Associação de Surdos à escola;  
Presença do fonoaudiólogo para que, juntamente, com a professora fossem realizadas as atividades de estimulação (DOMINGOS, 2014, p. 19).

Aqui cabe enfatizar que para uma inclusão e alfabetização aconteça de forma eficaz, é preciso que o professor e a supervisora trabalhem em comunhão de ideais, além disso, outro fator importante deve ser a utilização e conhecimento da Libras. É preciso eliminar as diversas barreiras do ambiente escolar, e, a melhor forma de iniciar é construindo o diálogo e conhecimento por meio da Libras, isto auxilia o aluno surdo a comunicar com seu professor e poder interagir com os alunos ouvintes.

Outro ponto que cabe destacar aqui é a utilização da Libras para o aprimoramento das habilidades com instrumentos de estimulação como exercícios rítmicos, jogos, danças, atividades livres como recortes, encaixes, recortes, dobraduras.

Também é eficaz no processo de alfabetização um Projeto Político Pedagógico que aborde a realidade da criança com deficiência, não somente quando a escola passa a ter um matriculado, mas, que trabalhe já ao longo do ano letivo com os demais alunos. Isto porque, o aluno surdo ou com outras deficiências, quando é matriculado em uma escola que já trabalha com a inclusão ele terá uma facilidade maior de ser alfabetizado.

A pesquisadora também coloca o papel da família nesse processo. A mãe da criança surda se envolvia de forma significativa e como suporte para que o trabalho de alfabetização fosse desenvolvido (DOMINGOS, 2014). Dessa forma, foi possível verificar que a participação da família no processo de alfabetização é outro fator importante de inclusão no ambiente escolar.

Desse modo, o aprendizado da Língua de Sinais pela professora, supervisora e alunos é um dos meios que garantem a inclusão do surdo no processo de alfabetização, isto porque, a comunicação estabelecida entre eles é uma das formas que faz com que o aluno seja respeitado dentro das suas diferenças. Além disso, a participação da família é essencial para que a escola possa exercer seu papel alfabetizador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os documentos abordados e os teóricos estudados, bem como as observações produzidas com a pesquisa no percurso que permeou todo esse trabalho, é possível verificar ao final que a inclusão do surdo no processo de alfabetização tem a Libras como importante meio de

comunicação para estabelecer o aprendizado. Com a pesquisa, foi possível constatar que há uma necessidade de quebrar as barreiras para que o entendimento do aluno aconteça, sendo imprescindível o olhar atento do professor para desenvolver a autonomia do aluno.

É importante destacar que a presença do interprete educacional, ou do uso da Libras na sala de aula, assim como a flexibilização das práticas e posturas pedagógicas são meios para inclusão do surdo no processo de alfabetização. Dessa forma, a Libras é o que na educação infantil prepara, modifica, reconhece as diferenças e propõe a igualdade do aluno surdo a partir das atividades diferenciadas.

Para que a inclusão e alfabetização do aluno surdo aconteça, só será possível quando há desejo de todos os envolvidos em torná-lo realidade, assim como foi relatado da professora que procurou através da Libras um conhecimento mais aprofundado do seu aluno surdo. Buscando, dessa forma, poder se comunicar melhor.

Desse modo, para que essa inclusão se concretize é muito importante o conhecimento em Libras por todas as pessoas que fazem parte desse processo, para facilitar a comunicação entre ambos. Sendo assim, pensar em um ambiente de inclusão para o aluno surdo seria pensar em um ambiente onde todos fossem capazes de interagir nos momentos que achassem oportuno para favorecer seu desenvolvimento, um ambiente onde as metodologias preconizassem a equidade

Conclui-se, que A Língua Brasileira de Sinais é uma forma importante de incluir pessoas com necessidades especiais auditivas na sociedade. Para tal, a alfabetização, para que possa atingir a todos os alunos na sala de aula da Educação Infantil: surdos e ouvintes, é indispensável que o professor faça uso da Língua Brasileira de Sinais, ou um interprete de libras, afim de que possa traduzir para o aluno surdo o que está sendo trabalhado na aula. Além disso, é primordial a participação da família em todo esse processo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA. WG. Org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente.** Ilhéus, BA: Editus, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas.** Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3, nº 5, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília, 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília, 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação **Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96.** Brasília DF. 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília DF. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos.** 2. ed. Brasília: 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº1.436.** Brasília DF. 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal,1988.

DIAS Paulo Ricardo Alves. **O processo de alfabetização em LIBRAS.** Centro Virtual de Cultura Surda. Petrópolis/ RG. Edição Nº 26, p. 1 – 5, setembro de 2019.

DOMINGOS, Maria Cristina da Silva. **A inclusão do aluno surdo da educação infantil no ensino regular.** Centro Virtual de Cultura Surda. Petrópolis/ RG. Edição Nº 14, p. 1 – 32, Setembro de 2014.

KEFTA, Silvana. **Metodologia de Ensino e Educação Infantil: Algumas Considerações Sobre a Trajetória da Escola Infantil no Brasil.** 2011.

ROSSI, T.R.F. **Um processo em direção ao bilinguismo.** In: LACERDA,C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000.

SANTIAGO, S. A. S. **Pedagogia da Inclusão: Experiências na Educação Infantil.** In: Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares, 8. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB. Editora universitária. 2018.

SILVA, Fernanda Costa Fagundes. GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **O professor de educação infantil: cuidar ou ensinar? Um novo olhar.** 2011.



VENTURA, Marília Monteiro Santos. **Jogar e brincar promovem o desenvolvimento do pensar na criança.** Revista do Professor, Porto Alegre: CPOEC, jul./set., 2010.